

**PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [●]
CONCESSÃO SANEAMENTO UNIVERSALIZASP**

CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [●]

**ANEXO VI – DIRETRIZES PARA A ATUAÇÃO DA EMPRESA AVALIADORA E DO
VERIFICADOR INDEPENDENTE**

**CONCESSÃO DA PRESTAÇÃO REGIONALIZADA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE
ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO DOS MUNICÍPIOS
INTEGRANTES DO PROGRAMA UNIVERSALIZASP – BLOCO [●]**

PROCESSO Nº [•]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
CONCESSÃO SANEAMENTO UNIVERSALIZASP

SUMÁRIO

1. PREÂMBULO E OBJETIVOS.....	3
2. PRAZOS DE CONTRATAÇÃO E REGRAS DE ATUAÇÃO	3
3. DA ATUAÇÃO DA EMPRESA AVALIADORA	5
4. DA ATUAÇÃO DO VERIFICADOR INDEPENDENTE.....	6
5. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	7
6. REQUISITOS PARA A CONTRATAÇÃO	8

**PROCESSO Nº [•]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
CONCESSÃO SANEAMENTO UNIVERSALIZASP**

1. PREÂMBULO E OBJETIVOS

1.1. Este Anexo tem a finalidade de disciplinar as regras de atuação da EMPRESA AVALIADORA e do VERIFICADOR INDEPENDENTE, a fim de apoiar a fiscalização da AGÊNCIA REGULADORA.

1.2. Os termos definidos e utilizados neste ANEXO têm o mesmo significado a eles atribuído no CONTRATO e nos demais ANEXOS.

1.3. Caberá à EMPRESA AVALIADORA atuar na CERTIFICAÇÃO anual de INVESTIMENTOS, conforme previsto no ANEXO V – MODELO REGULATÓRIO, na certificação dos projetos apresentados pela CONCESSIONÁRIA, nos termos deste ANEXO, e na atestação das OBRAS DE DRENAGEM, conforme Cláusula 18 do CONTRATO e ANEXO IX – OBRAS DE DRENAGEM, enquanto o VERIFICADOR INDEPENDENTE será responsável pela aferição e acompanhamento dos INDICADORES E METAS DE COBERTURA E PERDAS previstos no ANEXO II – ANEXO TÉCNICO DE CADA MUNICÍPIO e no ANEXO VII – FATOR U, FATOR P, FATOR Q E INDICADORES DE QUALIDADE.

1.4. A AGÊNCIA REGULADORA analisará os relatórios do VERIFICADOR INDEPENDENTE e da EMPRESA AVALIADORA tomando a decisão final, em âmbito administrativo, sobre as respectivas matérias. A decisão final da AGÊNCIA REGULADORA deverá considerar obrigatoriamente os relatórios do VERIFICADOR INDEPENDENTE e da EMPRESA AVALIADORA, ser motivada tecnicamente e comunicada à SUB-URAE, à CONCESSIONÁRIA e ao VERIFICADOR INDEPENDENTE ou EMPRESA AVALIADORA.

2. PRAZOS DE CONTRATAÇÃO E REGRAS DE ATUAÇÃO

2.1. Para o 1º CICLO TARIFÁRIO, o VERIFICADOR INDEPENDENTE e a EMPRESA AVALIADORA deverão ser contratados pela CONCESSIONÁRIA no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias, prorrogáveis por mais 15 (quinze) dias, contados da DATA DE EFICÁCIA, com envio do contrato firmado à AGÊNCIA REGULADORA no prazo de até 5 (cinco) dias da respectiva contratação.

2.2. A CONCESSIONÁRIA deverá contratar EMPRESA AVALIADORA e VERIFICADOR INDEPENDENTE conforme as regras previstas no item 6 deste ANEXO e no CONTRATO.

2.3. A CONCESSIONÁRIA deverá manter EMPRESA AVALIADORA e VERIFICADOR INDEPENDENTE contratados durante toda a vigência do CONTRATO.

2.3.1. Uma vez contratados, o VERIFICADOR INDEPENDENTE e a EMPRESA AVALIADORA terão acesso a toda a documentação, aos dados e informações necessários para a CERTIFICAÇÃO dos INVESTIMENTOS e aferição dos INDICADORES E METAS DE COBERTURA E PERDAS, inclusive os produzidos anteriormente à respectiva contratação.

2.4. Todos os documentos produzidos pela EMPRESA AVALIADORA e pelo VERIFICADOR INDEPENDENTE deverão ser encaminhados, simultaneamente, à AGÊNCIA REGULADORA, à SUB-URAE e à CONCESSIONÁRIA, nos termos deste ANEXO e do ANEXO V – MODELO REGULATÓRIO, não podendo ser exigida prévia ciência ou aprovação de seu conteúdo pela SUB-URAE, pela AGÊNCIA REGULADORA, pelo ESTADO ou pelos MUNICÍPIOS.

**PROCESSO Nº [•]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
CONCESSÃO SANEAMENTO UNIVERSALIZASP**

2.5. Deverá constar, expressamente, dos contratos a serem firmados entre a CONCESSIONÁRIA e a EMPRESA AVALIADORA e entre a CONCESSIONÁRIA e o VERIFICADOR INDEPENDENTE, que eventuais discordâncias quanto ao conteúdo dos seus trabalhos não ensejarão a aplicação de quaisquer penalidades, atrasos ou descontos sobre sua remuneração.

2.6. Deverá ser assegurada ampla transparência aos pareceres e laudos emitidos pela EMPRESA AVALIADORA e pelo VERIFICADOR INDEPENDENTE, bem como o poder de decisão e validação, pela AGÊNCIA REGULADORA, dos documentos produzidos pela EMPRESA AVALIADORA e pelo VERIFICADOR INDEPENDENTE.

2.7. A AGÊNCIA REGULADORA, a SUB-URAE e a CONCESSIONÁRIA poderão solicitar, a qualquer tempo, informações ou esclarecimentos diretamente à EMPRESA AVALIADORA ou ao VERIFICADOR INDEPENDENTE, circunstância em que estes deverão encaminhar quaisquer relatórios, laudos, informações ou esclarecimentos, simultaneamente, à AGÊNCIA REGULADORA, à SUB-URAE e à CONCESSIONÁRIA, sem ciência ou anuência prévia de qualquer delas, incluindo a própria solicitante do relatório, laudo, informação ou esclarecimento.

2.8. A CONCESSIONÁRIA concederá acesso irrestrito ao VERIFICADOR INDEPENDENTE e à EMPRESA AVALIADORA, quando no exercício das funções que lhes são atribuídas no CONTRATO e nos seus ANEXOS, por meio físico ou através do SISTEMA INFORMATIZADO, a qualquer tempo, às áreas, instalações e locais da ÁREA DA CONCESSÃO, bem como aos livros, anotações, notas de reunião e de trabalho, documentos produzidos por auditor interno ou externo, banco de dados, sistemas informatizados de monitoramento e gestão em tempo real, registros e documentos relacionados às atividades e aos serviços abrangidos pela CONCESSÃO, incluindo estatísticas e registros administrativos e contábeis, devendo a CONCESSIONÁRIA prestar, no prazo que lhe for estabelecido, os esclarecimentos que lhe forem formalmente solicitados.

2.8.1. Em qualquer circunstância, deverão ser observados os procedimentos de segurança de acesso às dependências da CONCESSIONÁRIA no acesso a ser concedido nos termos do item 2.8.

2.8.2. A CONCESSIONÁRIA deverá cumprir a Lei Federal n.º 13.460/2017 (Lei de Proteção e Defesa dos Usuários), Lei Federal n.º 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação) e a LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS durante todo o PRAZO DA CONCESSÃO.

2.9. Toda documentação será disponibilizada pela CONCESSIONÁRIA por meio de software que não demande nenhum custo ou obtenção de licença adicional pelo VERIFICADOR INDEPENDENTE, pela EMPRESA AVALIADORA, pela SUB-URAE ou pela AGÊNCIA REGULADORA.

2.10. A AGÊNCIA REGULADORA, a SUB-URAE e a CONCESSIONÁRIA possuem a prerrogativa de acompanhar o processo de mensuração de desempenho realizado pelo VERIFICADOR INDEPENDENTE e os processos de CERTIFICAÇÃO realizados pela EMPRESA AVALIADORA, por meio de auditorias, bem como de realizar visitas técnicas ou solicitações de quaisquer informações concernentes ao CONTRATO.

2.11. A AGÊNCIA REGULADORA terá a prerrogativa de determinar à CONCESSIONÁRIA que encerre quaisquer dos contratos firmados com a EMPRESA AVALIADORA ou o VERIFICADOR

**PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [●]
CONCESSÃO SANEAMENTO UNIVERSALIZASP**

INDEPENDENTE, nos termos do item 6.10 abaixo.

2.12. Eventual interesse da CONCESSIONÁRIA em rescindir o contrato com a EMPRESA AVALIADORA ou o VERIFICADOR INDEPENDENTE deverá ser submetido previamente à aprovação da AGÊNCIA REGULADORA, com apresentação dos respectivos fundamentos.

2.13. Havendo, através do respectivo processo administrativo, a demonstração do envolvimento, em conluio, da CONCESSIONÁRIA, de seus representantes, de seus prepostos e/ou de seus empregados junto à EMPRESA AVALIADORA ou ao VERIFICADOR INDEPENDENTE, visando ao desempenho fraudulento de suas funções e obrigações, segundo o que dispõe o CONTRATO e seus ANEXOS, serão adotadas as cominações administrativas, cíveis e penais cabíveis e a comunicação obrigatória à entidade credenciadora em relação a todos os envolvidos, sem prejuízo das sanções administrativas aplicáveis à CONCESSIONÁRIA, nos termos do CONTRATO e dos seus ANEXOS.

2.14. A atuação do VERIFICADOR INDEPENDENTE e da EMPRESA AVALIADORA deverá ser equidistante entre as PARTES e AGÊNCIA REGULADORA.

2.15. A CONCESSIONÁRIA não está contratualmente obrigada a ceder espaço em suas dependências com infraestrutura (mobiliário, acesso à internet, energia etc.) para a acomodação das equipes, bem como a fornecer qualquer tipo de EPI ou instrumentos/equipamentos necessários para a realização das atividades da EMPRESA AVALIADORA e do VERIFICADOR INDEPENDENTE, garantidas as condições básicas de acesso à infraestrutura, documentos e dados necessários.

3. DA ATUAÇÃO DA EMPRESA AVALIADORA

3.1. A EMPRESA AVALIADORA deverá produzir os LAUDOS DE AVALIAÇÃO DE ATIVOS e a CERTIFICAÇÃO até as datas previstas no ANEXO V – MODELO REGULATÓRIO.

3.1.1. O procedimento de validação do LAUDO DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS e da memória de cálculo dos INVESTIMENTOS para a conciliação físico contábil permitirá a homologação dos valores pela AGÊNCIA REGULADORA, inclusive daqueles controversos, quando houver divergência entre a AGÊNCIA REGULADORA e a CONCESSIONÁRIA, nos termos do ANEXO V – MODELO REGULATÓRIO.

3.1.2. Para a sua atuação relativa à CERTIFICAÇÃO, a EMPRESA AVALIADORA deverá obedecer ao regramento disposto na Deliberação ARSESP nº 1.488 de 12 de janeiro de 2024 ou outra que venha a lhe substituir nos termos do CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO.

3.2. A EMPRESA AVALIADORA também será responsável por:

3.2.1. Certificar o inventário de BENS VINCULADOS elaborado pela CONCESSIONÁRIA, nos termos da Cláusula 24 do CONTRATO;

**PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [●]
CONCESSÃO SANEAMENTO UNIVERSALIZASP**

- 3.2.2. Certificar os projetos básicos e executivos apresentados pela CONCESSIONÁRIA para as obras atípicas e retrofits, conforme norma editada pela AGÊNCIA REGULADORA; e
- 3.2.3. Atestar a conclusão das OBRAS DE DRENAGEM executadas pela CONCESSIONÁRIA, nos termos da Cláusula 18 do CONTRATO e do ANEXO IX – OBRAS DE DRENAGEM.

3.3. A EMPRESA AVALIADORA deverá se manifestar quando solicitado pelas PARTES e/ou pela AGÊNCIA REGULADORA sobre o reequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, no âmbito de suas atribuições.

3.4. A atuação da EMPRESA AVALIADORA deverá considerar aderência estrita às normas técnicas da ABNT incluindo, mas não limitadas, às NBR 12211, NBR 12218, NBR 12216 e NBR 9649.

4. DA ATUAÇÃO DO VERIFICADOR INDEPENDENTE

4.1. Compete ao VERIFICADOR INDEPENDENTE avaliar o desempenho da CONCESSIONÁRIA na prestação dos SERVIÇOS, verificando o grau de atingimento dos INDICADORES E METAS DE COBERTURA E PERDAS, na forma prevista no CONTRATO, no ANEXO II – ANEXO TÉCNICO DE CADA MUNICÍPIO e no ANEXO VII – FATOR U, FATOR P, FATOR Q E INDICADORES DE QUALIDADE, para apoiar a atuação da AGÊNCIA REGULADORA.

4.2. Para o desempenho de suas funções, o VERIFICADOR INDEPENDENTE deverá coletar as informações necessárias à apuração dos INDICADORES E METAS DE COBERTURA E PERDAS, inclusive por meio de medições de campo e inspeções in loco, para, a partir destas informações, elaborar relatórios e laudos técnicos com a apuração dos INDICADORES E METAS DE COBERTURA E PERDAS, devendo ter, para tanto, acesso a toda a base de dados da CONCESSIONÁRIA, promovendo a integração das equipes das PARTES e alinhamento em relação às melhores práticas a serem adotadas no acompanhamento e conferência dos INDICADORES E METAS DE COBERTURA E PERDAS.

- 4.2.1. O VERIFICADOR INDEPENDENTE poderá exigir o envio de informações pela CONCESSIONÁRIA, conforme previsto no CONTRATO.

4.3. No exercício de suas atividades, o VERIFICADOR INDEPENDENTE deverá produzir relatórios, com a periodicidade exigida no CONTRATO e nos ANEXOS, contendo as informações obtidas nos termos do item 4.2 deste ANEXO, para então apresentar a apuração dos INDICADORES E METAS DE COBERTURA E PERDAS para a validação da AGÊNCIA REGULADORA, nos termos do item 1.4, e permitir o REAJUSTE ou REVISÃO TARIFÁRIA PERIÓDICA pela AGÊNCIA REGULADORA, observadas as regras previstas no CONTRATO e no ANEXO V – MODELO REGULATÓRIO.

4.4. O VERIFICADOR INDEPENDENTE deverá se manifestar quando solicitado pelas PARTES e/ou pela AGÊNCIA REGULADORA sobre o reequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, no âmbito de suas atribuições.

**PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [●]
CONCESSÃO SANEAMENTO UNIVERSALIZASP**

5. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

5.1. Na hipótese de não contratação ou de não manutenção da contratação do VERIFICADOR INDEPENDENTE ou da EMPRESA AVALIADORA, por motivo imputável à CONCESSIONÁRIA, e que não decorra de ação ou omissão da SUB-URAE, do ESTADO, dos MUNICÍPIOS ou da AGÊNCIA REGULADORA, serão considerados os INDICADORES E METAS DE COBERTURA E PERDAS aferidos pela AGÊNCIA REGULADORA.

5.2. No prazo de 20 (vinte) dias contados da respectiva contratação, o VERIFICADOR INDEPENDENTE e a EMPRESA AVALIADORA deverão apresentar Plano de Trabalho, que será analisado pela AGÊNCIA REGULADORA em até 10 (dez) dias, para verificação da sua compatibilidade com as diretrizes da REGULAÇÃO, do CONTRATO e dos ANEXOS.

5.2.1. Na hipótese de a AGÊNCIA REGULADORA solicitar alterações no Plano de Trabalho de que trata o item 5.2, tais alterações deverão ser incorporadas pelo VERIFICADOR INDEPENDENTE e pela EMPRESA AVALIADORA, conforme aplicável, no prazo de até 10 (dez) dias, contados do respectivo recebimento, para posterior verificação, pela AGÊNCIA REGULADORA, das alterações realizadas.

5.2.2. O VERIFICADOR INDEPENDENTE e a EMPRESA AVALIADORA deverão atualizar o respectivo Plano de Trabalho sempre que necessário ou conforme solicitado pela AGÊNCIA REGULADORA, encaminhando cópia para a SUB-URAE e AGÊNCIA REGULADORA.

5.3. O Plano de Trabalho do VERIFICADOR INDEPENDENTE deverá contemplar a metodologia a ser aplicada na aferição do desempenho da CONCESSIONÁRIA no cumprimento dos INDICADORES E METAS DE COBERTURA E PERDAS, enquanto o Plano de Trabalho da EMPRESA AVALIADORA deverá contemplar a metodologia a ser aplicada na elaboração do LAUDO DE AVALIAÇÃO DE ATIVOS e CERTIFICAÇÃO, bem como na execução das outras atribuições previstas no item 3.2.

5.4. O Plano de Trabalho deverá indicar os prazos para entrega dos relatórios elaborados pelo VERIFICADOR INDEPENDENTE ou pela EMPRESA AVALIADORA, conforme o caso, bem como da disponibilização das informações necessárias para sua elaboração por parte da CONCESSIONÁRIA.

5.5. O Plano de Trabalho deverá contemplar a metodologia a ser aplicada para o auxílio técnico e tecnológico, de modo a permitir o acompanhamento e a validação das informações pela AGÊNCIA REGULADORA, em tempo hábil à efetivação do REAJUSTE e de cada REVISÃO TARIFÁRIA PERIÓDICA.

5.6. Os contratos firmados terão prazo de 5 (cinco) anos, prorrogáveis uma única vez por igual período, de comum acordo pelas partes contratantes. Após o término destes contratos, a CONCESSIONÁRIA deverá contratar novas empresas ou consórcios de empresas para exercer tais funções, conforme o caso, devendo as equipes das novas empresas contratadas ser integradas por profissionais distintos daqueles que integraram as equipes cujo trabalho se encerrou no contrato anterior.

**PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [●]
CONCESSÃO SANEAMENTO UNIVERSALIZASP**

5.6.1. Excepcionalmente para o 1º CICLO TARIFÁRIO e 7º CICLO TARIFÁRIO, os contratos a serem celebrados com a EMPRESA AVALIADORA e com o VERIFICADOR INDEPENDENTE terão vigência, respectivamente, até 31 de dezembro de 20[●] e até [●] de [●] de 2060.

5.7. Em até 3 (três) meses antes do término dos contratos celebrados em decorrência deste ANEXO, a CONCESSIONÁRIA deverá iniciar novo procedimento de seleção da EMPRESA AVALIADORA e/ou do VERIFICADOR INDEPENDENTE, mediante a submissão de novas listas referidas no item 6.4.

5.8. A CONCESSIONÁRIA deverá prever, com a antecedência prevista no CONTRATO na hipótese de advento do termo contratual, a atuação da EMPRESA AVALIADORA e do VERIFICADOR INDEPENDENTE no âmbito do Programa de Desmobilização Operacional.

6. REQUISITOS PARA A CONTRATAÇÃO

6.1. Somente poderão ser homologados, nos termos do item 6.4 deste ANEXO, e contratados, quando eleitos pela AGÊNCIA REGULADORA para desempenharem as funções de EMPRESA AVALIADORA e de VERIFICADOR INDEPENDENTE, as empresas e/ou os consórcios de empresas que atendam aos seguintes requisitos mínimos:

- i. Não estar no cumprimento de pena de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública direta ou indireta do ESTADO e dos MUNICÍPIOS, conforme artigo 81 da Lei n.º 6.544/1989, ou da LEGISLAÇÃO APLICÁVEL;
- ii. Não ter sido declarada inidônea para licitar ou contratar com a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA de qualquer ente federativo, conforme previsto no artigo 156 da Lei Federal n.º 14.133/2021;
- iii. Não ter sido condenada, por sentença transitada em julgado, à pena de interdição de direitos devido à prática de crimes ambientais, conforme artigo 10 da Lei Federal nº 9.605/1998;
- iv. Não ter registro de sanção, com efeito impeditivo de participação em licitação ou de contratação, nos cadastros a que se referem o artigo 22 da Lei Federal nº 12.846/2013 e o artigo 5º do Decreto Estadual nº 60.106/2014;
- v. Não ter sido proibida pelo Plenário do CADE de participar de licitações promovidas pela Administração Pública, em virtude de prática de infração à ordem econômica, nos termos do artigo 38, inciso II, de Lei Federal nº 12.529/2011;
- vi. Não estar proibida de contratar com a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA em virtude de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental, nos termos do art. 72, § 8º, inciso V, da Lei Federal nº 9.605/1998;
- vii. Não ter sido proibida de contratar com o Poder Público em razão de condenação

**PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [●]
CONCESSÃO SANEAMENTO UNIVERSALIZASP**

por ato de improbidade administrativa, nos termos do artigo 12 da Lei Federal nº 8.429/1992;

- viii. Não ter sido declarada inidônea para contratar com a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA pelo Plenário do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, nos termos do artigo 108, da Lei Complementar Estadual nº 709/1993;
- ix. Não ter sido suspensa temporariamente, impedida ou declarada inidônea para licitar ou contratar com a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, por desobediência à Lei de Acesso à Informação, nos termos do artigo 33, incisos IV e V, da Lei Federal nº 12.527/2011 e do artigo 74, incisos IV e V, do Decreto Estadual nº 58.052/2012;
- x. Não ser sociedade cooperativa, tendo em vista a vedação constante do § 1º do artigo 1º do Decreto Estadual nº 55.938/2010, com a redação dada pelo Decreto Estadual nº 57.159/2011;
- xi. Não estar em situação de insolvência, liquidação, regime de administração especial temporária ou intervenção, ou, ainda, ter falência decretada por sentença judicial;
- xii. Não ser controlada, CONTROLADORA e/ou empresas sob controle comum, direta ou indiretamente, nos termos definidos no CONTRATO, da CONCESSIONÁRIA, ou empresa matriz estrangeira de filial brasileira da CONCESSIONÁRIA, ou de seus acionistas, assim como não ter participado da elaboração dos projetos de engenharia e do fornecimento dos equipamentos ou sistema, como empresa, consórcio ou membro de consórcio, nem ter participado da LICITAÇÃO;
- xiii. Não contar com sócios que tenham participação direta ou indireta na administração ou no quadro societário da CONCESSIONÁRIA;
- xiv. Não possuir, em relação à CONCESSIONÁRIA, ESTADO ou MUNICÍPIOS, qualquer vínculo comercial que caracterize conflito de interesses, nos termos da LEGISLAÇÃO APLICÁVEL ou parentesco, incluindo cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau; e
- xv. Não possuir entre os membros das equipes técnicas: (i) servidor ou dirigente do órgão/entidade responsável pela gestão ou acompanhamento do CONTRATO; (ii) pessoa que tenha sido, no período compreendido entre os últimos 6 (seis) meses contados da data da celebração do CONTRATO e até o início da sua atuação no âmbito do CONTRATO, servidor ou dirigente do órgão/entidade contratante/responsável pelo CONTRATO; e (iii) pessoa que seja ou que tenha sido, nos últimos 6 (seis) meses, dirigente, gerente, empregado ou sócio dos acionistas da CONCESSIONÁRIA.

6.2. Os requisitos previstos nas alíneas xii, xiii e xiv acima deverão ser atendidos, inclusive, por eventuais subcontratados das empresas ou consórcio de empresas contratadas pela CONCESSIONÁRIA para desempenho das funções tratadas neste ANEXO.

6.2.1. Para fins do disposto na alínea xiv do item 6.1, o candidato a EMPRESA

**PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [●]
CONCESSÃO SANEAMENTO UNIVERSALIZASP**

AVALIADORA ou VERIFICADOR INDEPENDENTE deverá apresentar os vínculos comerciais que possui em relação à CONCESSIONÁRIA, ao ESTADO ou aos MUNICÍPIOS para avaliação da AGÊNCIA REGULADORA.

6.3. A EMPRESA AVALIADORA e o VERIFICADOR INDEPENDENTE deverão, comprovadamente, ter experiências anteriores na execução dos serviços que serão contratados, com experiência mínima de 1 (um) ano, o que poderá ser comprovado por qualquer documento idôneo, admitindo-se autodeclaração de experiência apenas se acompanhada de documentos capazes de demonstrar a veracidade das informações, com características semelhantes aos seguintes:

6.3.1. No caso da EMPRESA AVALIADORA:

- i. Certificação/verificação/processos de exame e validação de sistemas e obras;
- ii. Processo de avaliação de ativos de grande porte, preferencialmente do setor de saneamento básico, incluindo conciliação físico-contábil por meio de vistorias em campo;
- iii. Gerenciamento;
- iv. Supervisão; e
- v. Fiscalização e controle.

6.3.2. No caso do VERIFICADOR INDEPENDENTE:

- i. Fiscalização ou verificação independente de projetos de concessão ou parceria público-privada, preferencialmente no setor de saneamento básico;
- ii. Avaliação de indicadores de desempenho; e
- iii. Fiscalização e controle.

6.3.3. A experiência poderá ser comprovada pela própria empresa ou consórcio de empresas, ou por profissional técnico especializado.

6.3.4. A experiência deve ser comprovada por meio de atestado ou declaração emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, que ateste a atuação do candidato a EMPRESA AVALIADORA e a VERIFICADOR INDEPENDENTE em empreendimento pertencente à indústria que envolva serviços com rede física (por exemplo, empresas de saneamento ou gás canalizado), abrangendo serviços de características semelhantes ou de complexidade tecnológica e operacional similar aos relacionados nas atividades previstas nos itens 6.3.1 e 6.3.2, respectivamente, e no CONTRATO.

6.3.5. Os profissionais indicados para compor a equipe técnica da EMPRESA AVALIADORA e do VERIFICADOR INDEPENDENTE deverão ser profissionais qualificados para a realização das atividades previstas.

**PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [●]
CONCESSÃO SANEAMENTO UNIVERSALIZASP**

6.4. Para que possam atuar a partir do 1º CICLO TARIFÁRIO, a CONCESSIONÁRIA deverá apresentar, como CONDIÇÃO DE EFICÁCIA do CONTRATO, em documentos apartados, lista contendo pelo menos 3 (três) empresas ou consórcios de empresas para cada uma das funções previstas neste Anexo, para homologação da AGÊNCIA REGULADORA em até 30 (trinta) dias, prorrogáveis por mais 15 (quinze) dias, contados da DATA DE EFICÁCIA.

- 6.4.1. A AGÊNCIA REGULADORA poderá, de forma justificada, excluir da seleção de empresas e/ou consórcio de empresas aqueles que possivelmente tenham conflitos de interesse com a prestação dos SERVIÇOS que possam comprometer sua independência e imparcialidade.
- 6.4.2. A AGÊNCIA REGULADORA deverá realizar análise de prudência do orçamento de cada empresa e/ou consórcio de empresas, considerando aderência a valores de mercado.
- 6.4.3. Caso a AGÊNCIA REGULADORA rejeite integralmente a lista de indicações apresentada pela CONCESSIONÁRIA ou homologue menos que 3 (três) empresas ou consórcio de empresas em cada lista, a CONCESSIONÁRIA deverá apresentar outra lista com indicações complementares, e assim sucessivamente, até que a AGÊNCIA REGULADORA realize a homologação de um número mínimo de 03 (três) empresas ou consórcio de empresas em cada lista indicada pela CONCESSIONÁRIA para desempenho das funções de EMPRESA AVALIADORA e VERIFICADOR INDEPENDENTE, recontando-se os prazos inicialmente estabelecidos neste item a partir da rejeição da AGÊNCIA REGULADORA.
- 6.4.4. A rejeição pela AGÊNCIA REGULADORA da(s) empresa(s)/consórcio(s) constantes da(s) lista(s) apresentadas pela CONCESSIONÁRIA deverá ocorrer sempre de maneira motivada e fundamentada, mediante a indicação do requisito no item 6.1 deste ANEXO não atendido pela(s) empresa(s)/consórcio(s) indicadas pela CONCESSIONÁRIA ou em função da ocorrência de conflito de interesses identificado na forma do item 6.4.1.
- 6.4.5. Caso a AGÊNCIA REGULADORA não se manifeste no prazo estipulado no item 6.4 deste ANEXO, a CONCESSIONÁRIA selecionará e contratará uma das empresas ou consórcio de empresas dentre as indicadas nas listas apresentadas à AGÊNCIA REGULADORA, atendidas as condições previstas no item 6.4.2, no prazo de até 5 (cinco) dias contados do esgotamento do prazo previsto no item 6.4, tendo a AGÊNCIA REGULADORA a prerrogativa de exercer o direito previsto no item 6.10 deste ANEXO.

6.5. Caso sejam homologadas ao menos 3 (três) empresas ou consórcio de empresas em cada uma das listas, considerando, inclusive, eventuais indicações complementares que se façam necessárias, a AGÊNCIA REGULADORA deverá, no momento da homologação mínima exigida, selecionar uma das empresas ou consórcio de empresas homologadas para que seja contratada pela CONCESSIONÁRIA nas respectivas funções de VERIFICADOR INDEPENDENTE e/ou EMPRESA AVALIADORA, ainda que o contrato preveja início de sua eficácia apenas a partir dos marcos

**PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [●]
CONCESSÃO SANEAMENTO UNIVERSALIZASP**

temporais estabelecidos neste ANEXO.

6.6. Poderá haver a contratação de mais de uma EMPRESA AVALIADORA e VERIFICADOR INDEPENDENTE, para atuação em regiões distintas, para o mesmo CICLO TARIFÁRIO.

6.7. Não será permitido que a mesma empresa ou consórcio de empresas desempenhe, cumulativamente, as funções de EMPRESA AVALIADORA e VERIFICADOR INDEPENDENTE.

6.8. Havendo a AGÊNCIA REGULADORA selecionado a empresa ou consórcio de empresas para desempenhar alguma das funções previstas neste ANEXO, a CONCESSIONÁRIA deverá comprovar a formalização da contratação até o prazo previsto no item 2.1.

6.9. Poderá ser aplicada penalidade à CONCESSIONÁRIA quando ficar demonstrado que a necessidade de reiterações de indicações complementares, decorrente da apresentação sucessiva de indicações que não atendam aos requisitos previstos no item 6 deste ANEXO, e que, portanto, inviabilizem o atendimento do número mínimo exigido de empresas ou consórcios de empresas homologados, tenha decorrido de conduta de má-fé, dolo ou culpa da CONCESSIONÁRIA, apurada após regular procedimento administrativo, com o objetivo de postergar o início do prazo que lhe compete para a contratação de cada função prevista neste ANEXO.

6.10. A AGÊNCIA REGULADORA terá a prerrogativa de solicitar à CONCESSIONÁRIA que encerre quaisquer dos contratos firmados com a EMPRESA AVALIADORA e VERIFICADOR INDEPENDENTE mediante justificativa técnica e fundamentada, observado o contraditório e a ampla defesa, em hipóteses como, por exemplo, a constatação da emissão de informações não fidedignas, inverídicas ou contrárias às normas técnicas ou às boas práticas internacionais.

6.10.1. A emissão de informações não fidedignas, referida no item 6.10, acima, será constatada, dentre outras hipóteses, quando os relatórios produzidos pela EMPRESA AVALIADORA ou pelo VERIFICADOR INDEPENDENTE demandarem, em média, mais de 2 (duas) rodadas de revisões por documento, considerando os documentos emitidos por cada um dos agentes dentro de um período de 3 (três) meses consecutivos.

6.11. Na hipótese do item 6.10 deste ANEXO, a AGÊNCIA REGULADORA deverá selecionar nova empresa ou consórcio de empresas, dentre as opções já homologadas, desde que ainda cumpram os requisitos previstos neste ANEXO, assegurando-se o direito da CONCESSIONÁRIA, a seu critério, optar por substituir a lista de empresas, na forma do item 6.4 deste ANEXO.

6.11.1. Na hipótese de as demais empresas ou consórcios de empresas constantes da lista homologada deixarem de atender aos requisitos previstos neste ANEXO, deverá ser reiniciado o processo referido no item 6, com a apresentação de nova lista à AGÊNCIA REGULADORA.

6.12. Eventuais custos decorrentes da rescisão de quaisquer dos contratos regulados por este ANEXO deverão ser suportados pela CONCESSIONÁRIA, observadas as disposições do ANEXO V - MODELO REGULATÓRIO.

6.13. A substituição da EMPRESA AVALIADORA e do VERIFICADOR INDEPENDENTE não os exime

**PROCESSO Nº [•]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
CONCESSÃO SANEAMENTO UNIVERSALIZASP**

da(s) responsabilidade(s) que até então tenham assumido.

6.14. A CONCESSIONÁRIA poderá substituir a lista de empresas, a qualquer momento e conforme regramentos contidos neste ANEXO, para as contratações nos CICLOS TARIFÁRIOS subsequentes.